

Tropicália
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

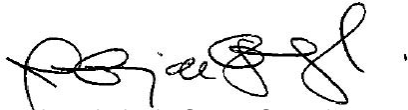
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e se o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017		Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		132	203	Fornecedores	8	13.638	25
Títulos e Valores Mobiliários	5	22.522	81	Impostos e contribuições a recolher		265	39
Despesas antecipadas		414	408	Outros passivos		540	374
Imposto de renda retido na fonte		98	126	Dividendos Propostos	9b	7.141	-
Outros ativos		34	4			<u>21.584</u>	<u>438</u>
		<u>23.200</u>	<u>822</u>				
Não circulante				Não circulante			
Ativo Financeiro Indenizado	6	-	18.760	Tributos Diferidos	14	19.417	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6	142.686	-			<u>19.417</u>	<u>-</u>
Despesas antecipadas		1.157	1.565	Patrimônio líquido	9		
Outros ativos		45	110	Capital social		10.101	10.101
Imobilizado		251	175	Reserva de Capital		85.900	13.335
		<u>144.139</u>	<u>20.610</u>	Prejuízo Acumulados		-	(2.442)
				Reserva Legal		1.503	-
				Reserva de lucros a realizar		<u>28.834</u>	<u>-</u>
						<u>126.338</u>	<u>20.994</u>
Total do ativo		<u><u>167.339</u></u>	<u><u>21.432</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>167.339</u></u>	<u><u>21.432</u></u>

Notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receitas líquidas	10	110.229	18.234
Custo de construção	11	<u>(63.192)</u>	<u>(18.234)</u>
Lucro bruto		<u>47.037</u>	<u>-</u>
Despesas Operacionais	12	<u>(2.022)</u>	<u>(1.026)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>45.015</u>	<u>(1.026)</u>
Receita financeira	13	995	(1.151)
Despesa financeira	13	(368)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>45.642</u>	<u>(2.177)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	<u>(15.577)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u><u>30.065</u></u>	<u><u>(2.177)</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	30.065	(2.177)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>30.065</u></u>	<u><u>(2.177)</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Reserva de lucros			Total
				Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Lucro ou Prejuízos acumulados	
Em 31 de dezembro de 2016	101	900	-	-	-	(265)	736
Integralização do capital social	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Reserva de capital social	-	90.000	(77.565)	-	-	-	12.435
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.177)	(2.177)
Em 31 de dezembro de 2017	10.101	90.900	(77.565)	-	-	(2.442)	20.994
Adoção Inicial - CPC 47	-	-	-	-	-	9.855	-
Subscrição de capital em reservas	-	-	72.565	-	-	-	72.565
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	30.065	-
Constituição de reservas	-	-	-	1.503	21.421	(22.924)	22.925
Constituição de reservas - adoção inicial CPC 47	-	-	-	-	7.413	(7.413)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(7.141)	-
Em 31 de dezembro de 2018	10.101	90.900	(5.000)	1.503	28.834	-	126.338

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	30.065	(2.177)
Ajuste		
Depreciação	40	143
Juros sobre Debentures	-	1.412
Rendimento de aplicação financeira	(1.037)	(541)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(47.037)	-
	<u>(17.969)</u>	<u>(1.163)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Despesas antecipadas	(402)	(1.973)
Imposto de renda retido na fonte	(28)	(126)
Outros ativos	(9.727)	(114)
Fornecedores	13.613	25
Impostos e contribuições a recolher	227	38
Outros passivos	27.002	374
Juros de debentures pagos	-	(1.412)
	<u>12.716</u>	<u>(4.351)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo de contrato	(63.192)	(18.234)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(76)	(319)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(100.134)	(78.710)
Resgate em títulos e valores mobiliários	78.050	79.379
	<u>(85.352)</u>	<u>(17.884)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de debentures	-	21.223
Amortização de debentures	-	(21.223)
Integralização do Capital Social	72.565	22.435
	<u>72.565</u>	<u>22.435</u>
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(71)	200
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>203</u>	<u>3</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>132</u></u>	<u><u>203</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047. A data regulatória para entrada em operação comercial do empreendimento é até fevereiro de 2022, entretanto o Contrato de Concessão prevê na cláusula quinta, oitava subcláusula, que a data de necessidade para o sistema é janeiro de 2017. Sendo assim, a entrada em operação comercial do empreendimento pode ocorrer a qualquer momento após essa data. A Companhia em seu plano de negócios assumiu a data de agosto de 2020 para entrada em operação do empreendimento, tendo isso refletido nos contratos EPC necessários a sua construção.

Para a construção do empreendimento estima-se um investimento da ordem de R\$ 440 milhões nos próximos 4 anos.

Em 21 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 146, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

Por meio da portaria nº 310 de 23 de outubro de 2017, do Ministério de Minas e Energia (MME), a Companhia teve seu Projeto de Energia Elétrica enquadrado como prioritário, o que reforça a sua importância para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

O Estado da Bahia concedeu por meio da Resolução nº 16/2018, o PROBAHIA - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, o benefício consiste em redução de 40% (quarenta por cento) do ICMS nas entradas decorrentes de aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, publicada em DOU em 19 de junho de 2018.

Em 27 de setembro de 2018, foi aprovado pelo MME, através da Portaria 214, o enquadramento da Companhia como projeto prioritário para o Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU).

Em 17 de dezembro de 2018, foi publicado no Diário Oficial da União, o Ato Declaratório Executivo nº 205, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), para Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU), que poderá ser usufruído por 5 anos da data da habilitação.

Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, já tendo todas as Licenças Ambientais necessárias a implantação do Projeto.

Todos os contratos necessários a sua implantação já foram assinados com os fornecedores, e foram constituídos na modalidade “Turn-Key”, garantindo uma maior previsibilidade e controle dos custos totais de implantação.

Para o desenvolvimento do projeto, foi firmado o contrato de Construção da Linha de Transmissão com a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda., o contrato de fornecimento de cabos com a Alubar Metais e Cabos S.A. e o contrato de Construção das entradas de linha nas Subestações com a Siemens Ltda. Tais contratos definem como sendo de responsabilidade integral das contratadas todo o processo de engenharia, compra de equipamentos/materiais e construção do empreendimento. Os contratos contam com as garantias usualmente utilizadas neste tipo de contrato para assegurar que o empreendimento seja concluído no prazo e custo acordados.

Para atuar na área fundiária, foi contratada a Empresa de Cadastramento Avaliações e Regularizações Imobiliárias Ltda. - Ecari e para as atividades de meio ambiente foi contratada a Dossel Ambiental Ltda.

Para auxiliar na gestão do projeto, a Laureano & Meirelles Engenharia Ltda. - LM Engenharia, foi contratada para exercer as atividades de Engenharia do Proprietário.

A Companhia já possui os Contratos de Compartilhamento de Instalação (CCIs) necessários: Para a SE SAPEAÇU, foi assinado em 30/05/17 contrato com TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A, e SE POÇÕES foi assinado CCI com EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A em 31/10/18.

A concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 21 de Agosto de 2018, através da Resolução n 7252, autoriza a Tropicália, a implantar Reforços em instalação de transmissão em SAPEAÇU, sob sua responsabilidade e estabelece R\$ 1,3 milhões (base jul/17) como Receita Anual Permitida, que será reajustada anualmente pelo IPCA.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2019.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 4.4 de Avaliação dos Instrumentos Financeiros.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Item significativo sujeito a essa estimativa e premissa incluem:

- (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 6;

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

2.5.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.2 Contrato de concessão de serviços públicos - Ativo contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a TROPICALIA regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

2.5.3 *Ajuste a valor presente de ativos e passivos*

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

2.5.4 *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia possui como regime de apuração o lucro real por estimativa.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de imposto de renda e contribuição social. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

2.5.5 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia ao efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 3.

2.5.6 Contas a pagar aos fornecedores

O contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, o contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.5.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.5.8 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.5.9 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.6 Mensuração do Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

3 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.1 Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)

A Companhia adotou a CPC 47/ IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado.

A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

Os principais impactos foram:

- Implementação do CPC47/IFRS15, que define o ativo da concessão como ativo contratual, conforme descrito na nota explicativa 2.5;
- Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual, conforme descrito na nota explicativa 2.5;
- Efeito dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido, conforme descrito na nota explicativa 2.5.2.

As tabelas a seguir resumem os impactos, líquidos dos impostos, da transição para o CPC 47/IFRS 15 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 e os impactos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018.

Balanco Patrimonial	2018 (Conforme Apresentado)	Ajustes	2018 (Valores sem a adoção do CPC47/IFRS15)
Total do Ativo Circulante	23.200	-	23.200
Ativo Não Circulante			
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	-	82.372	82.372
Concessão do serviço público (ativo contratual)	142.686	(142.686)	-
Demais ativos não circulantes não impactados	1.453	-	1.453
Total do Ativo Não Circulante	144.139	(60.314)	83.825
Total do Ativo	167.339	(60.314)	107.025
Total do Passivo Circulante	21.585	(7.140)	14.445
Passivo Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição diferido	19.417	(19.417)	-
Total do Passivo Não Circulante	19.417	(19.417)	-
Patrimônio Líquido			
Reserva Legal	1.874	(1.874)	-
Reserva de retenção de Lucros	28.463	(28.463)	-
Prejuízo Acumulado	-	(3.420)	(3.420)
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	96.000	-	96.000
Total do Patrimônio Líquido	126.336	(33.756)	92.580
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	167.339	(60.314)	107.025
Demonstração do resultado do exercício	2018 (Conforme Apresentado)	Ajustes	2018 (Valores sem a adoção do CPC47/IFRS15)
Receita líquida	110.229	(47.037)	63.192
Outros	(64.587)	-	(64.587)
Imposto de renda e contribuição social	(15.577)	15.992	415
Lucro líquido do exercício	30.065	(31.045)	(980)

3.2 Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 48 / IFRS 9- Instrumentos Financeiros
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (Insurance Contracts) para adequação à aplicação da IFRS 9 (Financial Instruments).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

3.3 Nova norma e interpretação ainda não efetiva

Será efetiva para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil - IFRS 16 Leasing introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia analisou os efeitos da adoção da nova norma e o impacto do IFRS 16 nos registros, e considerando os contratos e a operação realizadas no exercício de 2018, não identificou impacto relevante.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

Salvo pelo ativo financeiro e pelo capital a integralizar, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui dois instrumentos de operação de termos de moedas, que serão reconhecidos no momento de suas liquidações.

1. NDF 16L00207079 - USD 2,9 milhões - Vencimento: 01/03/19 - Tx 4,081000

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

4.3 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado

31/12/2018			
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equivalentes de caixa	132	-	132
Títulos e valores mobiliários	-	22.522	22.522
	<u>132</u>	<u>22.522</u>	<u>22.654</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial	Outros passivos financeiros		Total
Fornecedores		13.638	13.638
		<u>13.638</u>	<u>13.638</u>
31/12/2017			
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	203	-	203
Títulos e valores mobiliários	-	81	81
	<u>203</u>	<u>81</u>	<u>284</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial	Outros passivos financeiros		Total
Fornecedores		25	25
		<u>25</u>	<u>25</u>

4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1, os fornecedores são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2018.

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Títulos e valores mobiliários	22.522	4,82% 1.086	6,42% 1.446	8,03% 1.809

5 Títulos e valores mobiliários

Circulante	31/12/2018	31/12/2017
Certificados de depósitos bancários	22.522	81
	<u>22.522</u>	<u>81</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Concessão do serviço público (ativo contratual)

A movimentação dos saldos referente aos aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

Adoção inicial CPC 47 (transferência do ativo financeiro)	18.760
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido)	<u>13.697</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	32.457
Aquisição de ativo de concessão	63.192
Receita de de margem de construção	39.754
Receita financeira sobre ativo de concessão	<u>7.283</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>142.686</u>

Conforme mencionado nas notas explicativas 2.5.2 e 3.I, a Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção inicial resultou no registro de R\$13.697 com aumento na concessão do serviço público (ativo contratual) em contrapartida ao patrimônio líquido.

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo contratual quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48 / IFRS 9. A Companhia não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo contratual em 31 de dezembro de 2018.

7 Financiamentos

Em 18 de Junho de 2018, a Companhia assinou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), Contrato de Financiamento no valor de R\$ 290.416 mil. Os recursos a serem desembolsados neste contrato são liberados conforme a evolução física do empreendimento, e até o final do exercício de 2018 não tinha ocorrido nenhum desembolso, tendo seu início previsto para o primeiro trimestre de 2019.

- Prazo: 20 anos (até junho de 2038)
- Custo: IPCA + 2,07% x (bônus de adimplência 0,85%) a.a.
- Carência: 48 meses (até julho de 2022)
- Juros exigíveis Trimestralmente durante a carência
- Amortização e juros exigíveis mensalmente após a carência
- Covenants: Capacidade de pagamento entre 30% e 70%
- Garantias:
 - Fiança Bancária para 100% da dívida até *completion*
 - Conta Reserva do Serviço da Dívida: R\$ 7,5 milhões com a Fiança e R\$ 15 milhões após liberação da Fiança
 - Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios / Emergentes da Concessão

8 Fornecedores

	2018	2017
Alubar Metais e Cabos S/A	10.090	-
LMeng Consultoria Projetos Engenharia Ltda	335	-
Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	2.953	-
Outros	260	25
	<u>13.638</u>	<u>25</u>

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 10.101 representado por 101.000.500 ações ordinárias, sem valor nominal.

O capital social distribuído entre os seguintes acionistas é:

	2018 e 2017	
	Quantidade de ações	Participação %
Tropicália Fundo de Investimento em Participações	46.150.993	45,69
Fundo de Investimento em Participações		
Development fund Warehouse	28.197.758	27,92
BTG Pactual Energia 3 Fundo de Investimento em Participações	16.593.575	16,43
BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento	10.058.174	9,96
	<u>101.000.500</u>	<u>100</u>

b. Reserva de Capital

A reserva de capital está totalmente subscrita no valor de R\$ 90.900, no exercício de 2018 foi realizado o montante de R\$ 72.565 (R\$ 13.335 até 2017) , permanece a realizar R\$ 5.000, que será realizado até 31 de dezembro de 2020.

c. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral.

d. Reserva legal e de lucros a realizar

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de lucros a realizar refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender às limitações do orçamento de caixa da Companhia a ser aprovada em conselho da administração.

e. Dividendos propostos

No exercício de 2018, foram constituídos dividendos mínimos no valor de R\$ 7.140, com a seguinte base de cálculo:

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	30.065
Constituição de reserva legal (5%)	1.503
Base de cálculo do dividendo	<u>28.562</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>7.141</u></u>

10 Receita Líquida

	31/12/2018
Remuneração da concessão de serviço público (ativo contratual)	7.283
Receita de Construção	102.946
Total receita bruta	<u>110.229</u>
Total da receita líquida	<u><u>110.229</u></u>

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 / IFRS 15 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.

11 Custo de construção

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(18)	-
Administradores	(1.272)	(783)
Material	(12.400)	(7.975)
Serviços de terceiros	(49.067)	(9.102)
Aluguéis	(8)	-
Seguros	(427)	(374)
	<u>(63.192)</u>	<u>(18.234)</u>

12 Despesas Operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(498)	(180)
Administradores	(401)	(123)
Material	(31)	(21)
Serviços de terceiros	(903)	(453)
Depreciação	(40)	(143)
Aluguéis	(122)	(97)
Impostos e taxas	<u>(27)</u>	<u>(13)</u>
	<u><u>(2.022)</u></u>	<u><u>(1.032)</u></u>

13 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras		
Juros Debêntures	-	(1.412)
Tarifas bancárias	(368)	(255)
	(368)	(1.667)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	995	516
	995	516
	627	(1.151)

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2018
Imposto de Renda diferido	14.277
Contribuição social diferida	5.140
	19.417

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

Os efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos na adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 foram no montante de colocar o valor R\$ 14.277 e R\$ 5.140, respectivamente.

15 Meio Ambiente

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto. Conforme destacadas abaixo:

- a Licença Prévia (LP) foi emitida pelo IBAMA no dia 5 de Dezembro de 2017;
- a Licença de Instalação (LI) foi emitida pelo IBAMA no dia 21 de Junho de 2018.

16 Seguros

Os Seguros relacionados a obra estão dentro dos contratos dos construtores. (conforme relacionados abaixo:

- Seguro Garantia nº 066532017000107750002923 - Endosso 0000000, contratado pela Tropicália Transmissora de Energia S.A. junto à Pan Seguros S.A. tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como segurada, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2017 até 6 de novembro de 2022;

- Seguro Garantia nº 03-0776-0160860, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à J. Malucelli Seguradora S.A., na modalidade “Executante Construtor”, tendo a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como segurada, com vigência a partir de 1º de julho de 2018 até 15 de junho de 2020;
- Seguro Garantia nº 03-0776-0161175, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à J. Malucelli Seguradora S.A., na modalidade “Adiantamento de Pagamento”, tendo a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como segurada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2017 até 15 de junho de 2020;
- Seguro de Riscos de Engenharia nº 02852.2018.0031.0167.0001826 - Endosso 00002, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à AXA Seguros S.A., tendo a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. como segurada e a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como cossegurada, com vigência a partir de 1º de julho de 2018 até 15 de junho de 2022;
- Seguro de Responsabilidade Civil Geral nº 02852.2018.0031.0351.0002986 - Endosso 00002, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à AXA Seguros S.A., tendo a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. como segurada e a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como cossegurada, com vigência a partir de 1º de julho de 2018 até 15 de junho de 2020; e
- Seguro Garantia nº 014142018000107760018612 - Endosso 0000000, contratado pela Alubar Metais e Cabos S.A. junto à Berkley International do Brasil Seguros S.A., na modalidade “Executante Fornecedor”, tendo a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. como segurada e a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como beneficiária, com vigência a partir de 31 de agosto de 2018 até 30 de dezembro de 2019.

Será enviado a Companhia, cópia de todas as apólices dos Seguros, para cumprimento da condição suspensiva à data de início das obras.

a. Seguro Garantia da ANEEL

De acordo com o Edital do Leilão 013/2015 da Aneel, a Companhia firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.

“A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 270 (duzentos e setenta) dias após a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO”.

17 Honorário dos Administradores

O total pago, no exercício de 2018, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$ 860.

18 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------

São constituídas provisões.

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável ou passivos contingentes a serem divulgados, de acordo com seus advogados externos.

19 Eventos Subsequentes

- (a) Em 11 de janeiro de 2019, através de Ata da Assembléia Geral Extraordinária, aumentando o capital social em R\$ 85.899 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e nove mil reais), mediante a capitalização de reserva de capital da Companhia, sem a emissão de novas ações. Assim, o capital social integralizado da Companhia passará para R\$ 96.000 (noventa e seis milhões de reais).

Mediante a isso o capital social, será distribuído dessa forma:

	Capital Social	Participação %
Tropicália Fundo de Investimento em Participações	43.866	45,69
Fundo de Investimento em Participações Development fund Warehouse	26.802	27,92
BTG Pactual Energia 3 Fundo de Investimento em Participações	15.772	16,43
BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento	9.560	9,96
	96.000	100

- (b) Assinatura dos instrumentos que viabilizarão a emissão das Cartas de Fiança, no valor de R\$ 379.100 mil que serão dadas em garantia ao Contrato de Financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), e as Debêntures de Infraestrutura a serem emitidas, sendo eles: Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças, Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças e Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, Direitos Creditórios e Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças. Todos firmados em 11/02/2019, entre a Tropicália, seus acionistas e os Bancos Santander (Brasil) S.A e Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

- (c) Em 14 de fevereiro de 2019, foram emitidas Cartas de Fiança no valor total de R\$ 70.000 mil, pelos Bancos fiadores, mencionados acima.

* * *

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Gliciana dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0